

Relatório Anual 2015

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão de Associados da Região das
Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi
Força dos Ventos SP**



**Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
Holambra – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 21 de março de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC – PR 051818/O-7 S-SP
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 85.185 mil, aumento de 0,72% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015, R\$ 37.741 mil com redução de 2,94% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 30.372 mil, representando 75,69% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 7.415 mil, compondo 18,48% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 2.341 mil ou 5,83% do total. (Nota 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 73.349 mil em dezembro de 2015, com incremento de 4,99% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 46.133 mil, com crescimento de 18,34% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma redução de 28,89% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 13.637 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 13.517 mil, tendo um aumento de 15,80% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 6 da Res. CMN nº 4.434/2015.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	9.592	8.924
Carteira de Crédito *	39.743	33.393
Depósitos	49.658	59.770
Patrimônio Líquido	11.842	13.517
Capital	5.102	4.875
Resultado Antes das Destinações	1.354	1.975
Rentabilidade do PL	11,43%	14,61%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central do Brasil.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi\Relatório\Gestão de Riscos".

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	72.397	71.639	CIRCULANTE	28.607	37.085
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.734	1.878	DEPÓSITOS (NOTA 09)	17.568	22.398
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	43.089	42.162	Depósitos à Vista	13.637	19.177
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	1	Depósitos a Prazo	3.931	3.221
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	43.088	42.161	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.818	7.630
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	24.622	25.156	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	3
Operações de Crédito	27.504	28.340	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	5.815	7.627
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.882)	(3.184)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	62	29
OUTROS CRÉDITOS	2.895	2.436	Recursos em Trânsito de Terceiros	62	29
Rendas a Receber	142	119	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	1.150	2.729
Diversos (NOTA 06)	2.793	2.364	Empréstimos País - Outras Instituições	1.150	2.729
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(40)	(47)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.009	4.299
OUTROS VALORES E BENS	57	7	Cobrança e Arrecadação de Tributos	4	7
Outros Valores e Bens	25	-	Sociais e Estatutárias	221	75
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	32	7	Fiscais e Previdenciárias	326	183
			Diversas (NOTA 12)	3.458	4.034
NÃO CIRCULANTE	12.788	12.934	NÃO CIRCULANTE	43.061	35.815
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.771	9.374	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	43.061	35.815
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	8.771	9.374	DEPÓSITOS (NOTA 09)	42.202	35.763
Operações de Crédito	10.237	10.545	Depósitos a Prazo	42.202	35.763
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.466)	(1.171)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	149	52
			Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	149	52
PERMANENTE	4.017	3.560	OUTRAS OBRIGAÇÕES	710	-
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	2.072	1.885	Diversas (NOTA 12)	710	-
Outros Investimentos	2.072	1.885	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.517	11.673
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	1.392	1.305	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	4.875	4.645
Outras Imobilizações de Uso	2.428	2.030	De Domiciliados no País	4.910	4.713
(Depreciação acumulada)	(1.036)	(725)	(Capital a Realizar)	(35)	(68)
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	553	370	RESERVAS DE SOBRES	8.126	6.756
Outros Ativos Intangíveis	859	595	SOBRAS ACUMULADAS	516	272
(Amortização acumulada)	(306)	(225)	Sobras acumuladas	516	225
			Ajustes de exercícios anteriores	-	47
TOTAL DO ATIVO	85.185	84.573	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.185	84.573

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.675	-	7.675	14.679	-	14.679	11.245	-	11.245
Operações de Crédito	7.675	-	7.675	14.679	-	14.679	11.245	-	11.245
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.749)	(29)	(4.778)	(8.315)	(44)	(8.359)	(6.844)	(30)	(6.874)
Operações de Captação no Mercado	(2.607)	(4)	(2.611)	(4.431)	(5)	(4.436)	(3.168)	(2)	(3.170)
Operações de Empréstimos e Repasses	(464)	(25)	(489)	(875)	(39)	(914)	(661)	(28)	(689)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.678)	-	(1.678)	(3.009)	-	(3.009)	(3.015)	-	(3.015)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.926	(29)	2.897	6.364	(44)	6.320	4.401	(30)	4.371
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.868)	258	(1.610)	(4.685)	507	(4.178)	(3.744)	362	(3.382)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	621	516	1.137	1.166	907	2.073	926	875	1.801
Rendas de Tarifas Bancárias	489	1	490	981	2	983	842	3	845
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(2.646)	(137)	(2.783)	(5.132)	(219)	(5.351)	(3.879)	(166)	(4.045)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.813)	(190)	(2.003)	(3.617)	(290)	(3.907)	(2.600)	(408)	(3.008)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7)	(41)	(48)	(21)	(61)	(82)	(14)	(71)	(85)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	2.992	170	3.162	5.168	280	5.448	3.724	236	3.960
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(1.504)	(61)	(1.565)	(3.230)	(112)	(3.342)	(2.743)	(107)	(2.850)
RESULTADO OPERACIONAL	1.058	229	1.287	1.679	463	2.142	657	332	989
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11)	-	(11)	(7)	(14)	(21)	933	(4)	929
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.047	229	1.276	1.672	449	2.121	1.590	328	1.918
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(74)	(74)	-	(146)	(146)	-	(87)	(87)
Provisão para Imposto de Renda	-	(39)	(39)	-	(79)	(79)	-	(44)	(44)
Provisão para Contribuição Social	-	(35)	(35)	-	(67)	(67)	-	(43)	(43)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.047	155	1.202	1.672	303	1.975	1.590	241	1.831
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	253	(253)	-	225	(225)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.047	155	1.202	1.925	50	1.975	1.815	16	1.831
DESTINAÇÕES	-	-	-	(1.409)	(50)	(1.459)	(1.590)	(16)	(1.606)
Fates - Estatutário (Nota 14b)	-	-	-	(86)	-	(86)	(37)	-	(37)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(50)	(50)	-	(16)	(16)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14b)	-	-	-	(1.118)	-	(1.118)	(487)	-	(487)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(205)	-	(205)	(66)	-	(66)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	516	-	516	225	-	225

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP -
Sicredi Força dos Ventos SP**
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	3.746	5.851	(648)	8.949
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.049	-	-	1.049
Baixas de capital	(150)	-	-	(150)
Reversões de reservas	-	(648)	648	-
Resultado do período	-	-	1.831	1.831
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(37)	(37)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(16)	(16)
Reserva Legal - Estatutária	-	487	(487)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	66	(66)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.000	(1.000)	-
Ajuste de exercício anterior	-	-	47	47
Saldos no fim do período em 31/12/2014	4.645	6.756	272	11.673
Mutações do Período	899	905	920	2.724
Saldos no início do período em 01/01/2015	4.645	6.756	272	11.673
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	223	-	(223)	-
Destinações para reservas	-	47	(47)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	292	-	-	292
Baixas de capital	(285)	-	-	(285)
Resultado do período	-	-	1.975	1.975
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 14b)	-	-	(86)	(86)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(50)	(50)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14b)	-	1.118	(1.118)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	205	(205)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	4.875	8.126	516	13.517
Mutações do Período	230	1.370	244	1.844
Saldos no início do período em 01/07/2015	4.884	6.803	773	12.460
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	121	-	-	121
Baixas de capital	(130)	-	-	(130)
Resultado do período	-	-	1.202	1.202
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 14b)	-	-	(86)	(86)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(50)	(50)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14b)	-	1.118	(1.118)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	205	(205)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	4.875	8.126	516	13.517
Mutações do Período	(9)	1.323	(257)	1.057

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP

CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	1.041	2.177	3.490
Resultado do exercício	1.202	1.975	1.831
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(161)	202	1.659
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(172)	(6)	1.350
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	5	(7)	23
Depreciação do imobilizado de uso	159	311	284
Amortização do intangível	48	80	72
Baixas do ativo permanente	2	2	-
Destinações ao FATES	(136)	(136)	(54)
Dividendos SicrediPar	(67)	(42)	(16)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	8.290	(548)	(2.398)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	2.037	-	47
(Aumento) Redução em operações de crédito	3.173	1.144	(1.035)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2.143)	(1.715)	(871)
(Aumento) Redução em outros créditos	(256)	(409)	(406)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(15)	(51)	7
Aumento (Redução) em depósitos	4.786	1.609	(1.028)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(59)	33	(29)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	77	(1.580)	1.841
Absorção de dispêndios pelo FATES	(14)	(54)	(35)
(Redução) Aumento em outras obrigações	704	475	(889)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	9.331	1.629	1.092
Aquisição de Investimentos	-	(187)	(235)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(292)	(400)	(270)
Aplicações no Intangível	(120)	(264)	(146)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(412)	(851)	(651)
Integralização de capital	121	292	1.049
Baixa de capital	(130)	(285)	(150)
Distribuição de Sobras	-	(2)	47
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(9)	5	946
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.910	783	1.387
Caixa e equivalente de caixa no início do período	35.912	44.039	42.652
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	44.822	44.822	44.039

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/12/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	1.734	1.878
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	43.088	42.161
Total	44.822	44.039

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	17.183	7.068	24.251	22.448
Financiamentos	3.128	2.824	5.952	8.696
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.193	345	7.538	7.741
Carteira total	27.504	10.237	37.741	38.885

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	929	5.014	5.307	6.794	18.044	19.424
Rural	-	1.323	5.870	345	7.538	7.741
Industrial	2	27	59	31	119	286
Comércio	206	2.485	1.858	1.251	5.800	5.424
Outros Serviços	219	2.454	1.751	1.816	6.240	6.010
Total	1.356	11.303	14.845	10.237	37.741	38.885

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	19.117	10.175	96	51
Nível B	1,00	9.135	13.914	91	139
Nível C	3,00	2.120	8.907	64	267
Nível D	10,00	4.020	2.782	402	278
Nível E	30,00	1.778	890	533	268
Nível F	50,00	1.356	1.130	678	565
Nível G	70,00	261	477	183	334
Nível H	100,00	2.341	2.500	2.341	2.500
Total (i)		40.128	40.775	4.388	4.402

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 1,34% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	2.387	-	2.387	1.890
Total	2.387	-	2.387	1.890

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	6.444	987
Lançadas contra prejuízo (i)	4.447	2.760
Recuperadas de prejuízo (i)	476	181

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	2	-	2	20
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	273	-	273	286
Impostos e contribuições a compensar (ii)	17	-	17	1
Títulos e créditos a receber	2.387	-	2.387	1.890
Devedores diversos - País	114	-	114	167
Total	2.793	-	2.793	2.364

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, valor de R\$ 15, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Veículos e afins	25	-
Subtotal Bens não de uso próprio	25	-
Despesas antecipadas	32	7
Total Outros Valores e Bens	57	7

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	1.193	1.145
Sicredi Participações S.A. (i)	878	739
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	2.072	1.885

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	284.528 ON	239.564 ON	1	1	1.193.089	1.144.377
	593.352 PN	499.676 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,11%	0,10%	0,72%	0,74%	0,77%	0,75%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	878	739	1	1	1.193	1.145

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	198	-	198	116
Instalações	10%	766	(300)	466	407
Móveis e equipamentos de uso	10%	755	(329)	426	428
Sistema de comunicação	10%	17	(10)	7	8
Sistema de processamento de dados	20%	563	(329)	234	263
Sistema de segurança	10%	58	(25)	33	39
Sistema de transporte	20%	71	(43)	28	44
Imobilizado de Uso (i)	-	2.428	(1.036)	1.392	1.305

Intangível (ii)		859	(306)	553	370
Investimentos Confederação		859	(306)	553	370
Total		3.287	(1.342)	1.945	1.675

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	13.637	-	-	13.637	19.177
Depósitos a prazo	1.600	2.331	42.202	46.133	38.984
Total	15.237	2.331	42.202	59.770	58.161

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	5.815	149	5.964	7.679
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.815	149	5.964	7.679
Total	5.815	149	5.964	7.679

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 6,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 21/01/2016 até 10/05/2018.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	1.150	-	1.150	2.729
Cooperativa Central Sicredi	1.150	-	1.150	1.115
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	-	1.614
Total	1.150	-	1.150	2.729

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	-	-	-	1.390
Provisão para pagamentos a efetuar	982	-	982	628
Provisão para passivos contingentes (i)	4	-	4	5
Credores diversos - país (ii)	2.472	-	2.472	2.011
Outras dívidas subordinadas (iii)	-	710	710	-
Total	3.458	710	4.168	4.034

valores em milhares de Reais

(i) As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	1.059	931
Agenda cartão Visa a pagar	952	797
Outros	461	283
Total	2.472	2.011

valores em milhares de Reais

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em julho de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. com o objetivo de alavancar as operações de crédito.

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015
Trabalhista	Possível	80	-	-
Total		80	-	-

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	4.875	4.645
Total de associados	8.924	8.108

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 65% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	43.088	42.161
Diversos	287	296
Investimentos (Nota 08a)	1.193	1.145
Intangível (Nota 08b)	553	370
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 11)	1.150	1.115
Provisões para pagamentos a efetuar	91	65
Cretores Diversos	22	39
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	4.671	3.358
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	138	102
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	130	104
Outros Dispendios Despesas Operacionais	1.394	1.018

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	157	1,15%	171
Pessoas físicas	157		171
Depósitos a prazo	1.324	2,87%	720
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.324		720
Operações de crédito	561	1,49%	548

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração (i)	607	247

valores em milhares de Reais

(i) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 145,75% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva.

NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 4.533 mil (R\$ 3.256 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 1.100 mil (R\$ 783 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 856 mil (R\$ 1.202 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 180 mil (R\$ 167 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi

NOTA 18 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados (i)	132	192
Consórcio Sicredi	39	33
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	92	119
Moderagro	-	40
Outros	1	-
Total	132	192

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Hugo Alex Azevedo Ferraz
Diretor Executivo
CPF: 039.456.916-48

Nádia Shigueko Maeda de Oliveira
Diretora de Operações
CPF: 323.898.748-86

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72